
REPRESENTAÇÃO GRAMATICAL DAS CLASSES NOMINAIS EM GRAMÁTICAS MISSIONÁRIAS BRASILEIRAS (SÉC. XVI E XVII)

Grammatical representation of nominal classes in Brazilian missionary grammars (sixteenth and seventeenth centuries)

DOI: 10.14393/LL63-v42-2026-13

Cristina Altman*

Trad. Augusto Vicente**

RESUMO: Desde que “a língua mais falada na costa do Brasil” foi descrita pela primeira vez por José de Anchieta (1534-1597) no século XVI, pesquisadores das línguas Tupi tiveram que assumir, não sem grandes discordâncias, uma posição teórica diante das dificuldades em que a descrição das categorias lexicais dessas línguas os colocava, especialmente no que diz respeito ao nome e ao verbo. De fato, mais de um estudioso das gerações subsequentes interpretou as descrições feitas pelos missionários como uma imposição latinizante sobre a língua descrita. O presente estudo não somente revisita este antigo problema, como também examina em que medida as ‘novas’ formas e funções linguísticas levaram os missionários a modificar seus modelos de referência. Para alcançar tal objetivo, expandimos estudos anteriores sobre a tradição Tupinambá (Altman, 2007; 2012a), comparando-a às soluções propostas pelos primeiros gramáticos da língua de Angola (Dias, 1697) e da língua Kiriri (Mamiani, 1699), ambas faladas no Brasil colonial durante o século XVII. Concluímos que os missionários não simplificaram ou modificaram as línguas descritas e que o conhecimento gramatical adquirido através da descrição dessas línguas, então consideradas exóticas, era conceitualmente inovador, ainda que terminologicamente conservador.

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticografia Jesuítica. Classes Nominais. Tupinambá. Kiriri. Kimbundu.

ABSTRACT: Since “the most spoken language along the Brazilian coast” was first described by Joseph of Anchieta (1534-1597) in the sixteenth century, researchers of the Tupi languages have had to assume, not without a good deal of disagreement, a theoretical position in the face of the difficulties that the description of the lexical categories of these languages imposed on them, notably those regarding nouns and verbs. Indeed, more than one later scholar interpreted the descriptions made by the missionaries as an imposition of the Latin grammar on the language described. The present study not only revisits this old issue but also examines to what extent the “new” linguistic forms and functions induced the missionaries to modify their model of reference. To achieve this, I expanded on previous studies conducted within the Tupinamba tradition (Altman, 2007; 2012a), by

*Professora Doutora Livre Docente. Universidade de São Paulo. Centro de Documentação em Historiografia Linguística do Departamento de Linguística. ORCID: 0000-0002-5121-4282. E-mail: altman(AT)usp.br.

**Mestre em Linguística. Universidade de São Paulo. Centro de Documentação em Historiografia Linguística. ORCID: 0009-0002-7048-7670. E-mail: augusto.vicenteneto(AT)outlook.com.

comparatively evaluating the solutions proposed by the first describers of the Angola language (Dias, 1697) and the Kiriri language (Mamiani, 1699), both spoken in colonial Brazil during the seventeenth-century. I conclude that the missionaries did not simplify or modify the languages. The linguistic knowledge acquired through the description of these languages was conceptually innovative, although terminological conservative.

KEYWORDS: Jesuit Grammatography. Nominal Classes. Tupinambá. Kiriri. Kimbundu.

1 Introdução: colocação do problema*

As gramáticas examinadas aqui, ainda que publicadas em Lisboa, foram produzidas no contexto das missões jesuíticas dos séculos XVI e XVII no Brasil. Na verdade, na América Portuguesa, nenhuma outra ordem religiosa exerceu tanto poder quanto os jesuítas, cujos integrantes pisaram em solo brasileiro pela primeira vez em 1549. Os franciscanos chegaram antes, em 1515, mas seus escritos não foram tão numerosos (a esse respeito, a *Cosmographie universelle* de André Thévet [1502-1590], de 1575, é uma exceção). O padre calvinista francês Jean de Léry (1534–1611, cf. Léry 1980 [1578], p. 275-303) foi o primeiro a registrar formas da língua Tupi da maneira como era falada na época. Seu trabalho, no entanto, não é uma gramática: baseado no que restou, depois de várias (nem sempre cuidadosas) transcrições através dos séculos, dificilmente diríamos que estamos diante de uma tentativa de descrever a língua Tupi – pelo menos em parte – trata-se mais de um conjunto casual de frases coloquiais, como já enfatizado por Rodrigues (1997a).

* A primeira vez que encontrei Pierre Swiggers no seu escritório abarrotado de livros na Universidade Católica de Leuven, há mais de trinta anos, eu não poderia imaginar que, daquele momento em diante, nossa relação professor-aluno iria, ao longo dos anos, se transformar em uma duradoura e cordial amizade. Pierre orientou minha tese de doutorado sobre a produção acadêmica dos linguistas brasileiros, entre 1989 e 1991 e, desde então, o circuito Leuven – São Paulo nunca foi interrompido. Pierre esteve em São Paulo várias vezes: como membro da minha banca de doutorado, em 1993; como professor de pós-graduação e de seminários avançados; novamente como membro da banca de avaliação da minha Livre Docência (2001) e da banca examinadora do concurso de titularidade em Historiografia Linguística (2008). Desde então, tem sido um percurso de muitas alegrias (e alguns fracassos inevitáveis), aos quais Pierre sempre foi discretamente solidário, como é do seu feitio, pelo que sou muito grata. Até hoje, Pierre Swiggers é um professor inspirador – para mim, meus alunos, e os alunos dos meus alunos – de historiografia linguística, especialidade que continuamos a cultivar na Universidade de São Paulo. Nessa ocasião especial, gostaria de dedicar a ele esse despretensioso estudo sobre os primeiros gramáticos brasileiros, dobrés de missionários e linguistas, um tema que Pierre me encorajou a perseguir ainda em 1993. Uma versão menor deste texto foi apresentada na 10ª Conferência Internacional de Linguística Missionária, que ocorreu na Sapienza Università di Roma, de 21-24 de março, 2018, intitulada Nominal Classes Description within the Brazilian Missionary Tradition. Agradeço aos editores e revisores pela leitura atenta do presente texto, sendo os erros remanescentes da minha responsabilidade.

Os jesuítas dominaram as agendas religiosa e educacional no Brasil até, pelo menos, a metade do século XVIII, quando foram expulsos de Portugal e suas colônias. Por volta da mesma época, o português foi declarado a única língua oficial do país e o interesse pelas línguas originárias, conseqüentemente, decresceu, para ressurgir só no século seguinte, com a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1838. Devemos, pois, aos Jesuítas dos séculos XVI-XVIII as primeiras descrições de algumas línguas do Brasil, como Tupinambá, Kiriri e Kimbundu.

Do privilegiado ponto de vista atual, podemos dizer que o Tupi Antigo, ou Tupinambá, – assim como a *Língua Brasília*, ou *Brasiliano*, falado no Brasil nos séculos XVI e XVII; a *Língua Geral Paulista*, na denominação de Rodrigues (1994; 1998), falada durante os séculos XVII e XVIII; e a *Língua Geral Amazonica*, o *Nheengatú*, falado do século XVII até os dias de hoje (Bessa Freire, 2004) – consistem em variedades históricas e geográficas do mesmo subgrupo da família Tupi-Guarani, disseminada ao longo da costa Atlântica, do Sul até a região Amazônica, no Norte. Não é difícil imaginar, no entanto, que a realidade sociolinguística colonial era muito mais complexa do que isso. Havia milhares de outras línguas e etnias originárias, como o Kiriri, para não falar das várias línguas africanas que entraram no Brasil através do tráfico de escravos, em ondas sucessivas, da metade do século XVI até o fim do XIX (Bonvini, 2008b).

Dirigidos a outros missionários europeus para a conversão dos indígenas e dos africanos escravizados, esses materiais, em sua maioria gramáticas, eram essencialmente descritivos e de orientação pedagógica. Com apenas algumas definições e exemplos, eles eram fortemente baseados na tradição latina. Apesar disso, como alguns estudos recentes têm demonstrado, os missionários tiveram sucesso em capturar a estrutura das línguas que descreveram. Altman (2007; 2009), por exemplo, em consonância com as análises de Leite (1990; 2005), sugere que os dados do Pe. José de Anchieta (1534–1597) permitem aos pesquisadores modernos confirmarem a natureza ergativa da língua. A presente contribuição examina, por extensão, se o mesmo pode ser dito sobre as descrições do Pe. Luigi Vincenzo Mamiani dela Rovere (1652–1730) e do Pe. Pedro Dias (1622–1700) das línguas que, diferentemente do Tupinambá, possuem sistemas de classificação nominal.

Nas próximas seções, apresentamos o principal critério utilizado para selecionar os materiais considerados neste artigo e, brevemente, resumir as características do modelo

gramatical latino que serviu como ponto de partida para os jesuítas. Na sequência, apontamos algumas particularidades da descrição gramatical do Tupinambá, especialmente no trabalho pioneiro de Anchieta (1595) e, a seguir, descrevemos os métodos de Mamiani (1877 [1699]) e Dias (1697) para as classes nominais do Kiriri e Kimbundu, respectivamente.

2 Delimitações principais: seleção de materiais e ponto de vista de análise

2.1 As gramáticas

O Tupinambá, extinto por volta do século XIX, foi denominado pelo jesuíta espanhol Anchieta como “a língua mais falada na costa do Brasil”. Foi descrito duas vezes no período: primeiro pelo próprio Anchieta (1990 [1595]) e, segundo, pelo jesuíta português Luís Figueira (1575–1643), em 1621, (sendo que a edição mais divulgada é a segunda, de 1687). A língua Kiriri, falada no interior do nordeste do país, foi descrita pelo jesuíta italiano, Mamiani, um século antes da sua extinção no século XVIII (Mamiani, 1877 [1699]), e o Kimbundu, teve sua primeira formatação gramatical pelo também jesuíta português, Pedro Dias (Dias, 1697). Diferentemente do Tupinambá e Kiriri, falados no Brasil antes mesmo da chegada dos Europeus, o Kimbundu foi introduzido no país no século XVII pelos africanos escravizados que vieram de Angola (Bonvini, 2008a; Rosa, 2013; Petter e 1858 Araújo, 2015). Essa circunstância, no entanto, não foi levada em consideração nas análises seguintes; nossas questões focam as descrições gramaticais independentemente da origem, tanto das línguas descritas quanto dos autores de suas gramáticas.

Embora os manuscritos que circulavam entre os missionários demorassem para ser impressos – mesmo sem levar em conta o tempo necessário para obter as várias permissões e ‘licenças’ requeridas pela Igreja – a data da primeira edição das gramáticas foi o primeiro critério de seleção. Apesar dos anos que separam uma publicação da outra, assumimos que as quatro gramáticas em questão foram contemporâneas, no sentido de que circularam entre os padres aproximadamente no mesmo período, foram produzidas a partir das mesmas ‘oito partes do discurso’, e, constituem uma série textual que tem em Anchieta seu texto-base (cf. Hassler, 2002; Zamorano-Aguilar 2013, 2022). A aplicação do mesmo (meta)modelo para descrever diferentes línguas ‘exóticas’ ao longo dos séculos sugere que o conhecimento linguístico que os Jesuítas transmitiam era, em alguma medida, contínuo e cumulativo. Além disso, pertencer à

mesma ordem não significava somente que eles compartilhavam da mesma fé, mas que também recebiam a mesma educação e o mesmo treinamento linguístico e metalinguístico, principalmente no que diz respeito à gramática latina. Esse repertório comum garante certa uniformidade aos materiais para os quais endereçamos nossa primeira questão: como os missionários jesuítas dos séculos XVI e XVII representaram as formas e as funções do que consideraram ser os constituintes nominais de uma sentença?

2.2 O modelo

É uma ideia estabelecida em Historiografia Linguística que o processo de codificação das então chamadas línguas exóticas durante o século XVI e XVII foi resultado de uma mediação gramatical dupla (Auroux, 1992a; 1992b). Mais especificamente, consistiu em adaptar o modelo gramatical latino à descrição dos vernáculos europeus e, readaptá-lo para a descrição dessas ‘novas’ línguas. De fato, a codificação das línguas aqui consideradas – Tupinambá, Kiriri e Kimbundu – foi mediada não somente pelo conhecimento formal dos autores sobre a gramática latina e os modos de descrição dos seus próprios vernáculos (*cf.* Figueira 1880 [1687], p. 13),¹ mas também, como enfatizamos, pelos conhecimentos prévios de descrição propostos pelos seus pares. Além disso, podemos assumir a mediação de uma certa intuição da língua que os missionários acabavam por adquirir pelas suas interações com os falantes nativos (Rosa, 1995; 2006; Altman, 2007).

A respeito do molde descritivo em si mesmo, as gramáticas das línguas ‘exóticas’ eram, em geral, organizadas de acordo com uma tradição latina específica. Notavelmente, sua dívida para com as fontes utilizadas não é explicitamente mencionada pelos missionários jesuítas portugueses nas suas gramáticas, mas costuma-se admitir sem grandes contestações (Rosa, 1995; Zwartjes, 2002; 2011; Tashiro, 2003; Bonvini, 2008a) que sua principal referência foi o *De institutione grammatica* (1ª ed. 1572) do jesuíta Manuel Álvares (1526 – 1582).

Como quer que tenha sido, é possível reconhecer os mesmos padrões de organização em outras gramáticas do período. Em geral, as regras de pronúncia vinham primeiro, seguidas

¹ ‘Assi como na língua portuguesa em lugar de casos ajuntamos algumas preposições aos nomes, v.g. Pedro, de Pedro, a Pedro, para Pedro, com Pedro etc.; assim também n’esta língua qualquer nome substantivo e governado, e varia com preposições.’ (Figueira 1880 [1687], p. 13).

pelas regras de declinação dos nomes, adjetivos, pronomes, e as regras de conjugação dos verbos. Na sequência, os gramáticos enumeravam as categorias não flexionais como preposições (ou posposições), advérbios, interjeições e conjunções. Ao final, podiam incluir algumas anotações sobre sintaxe. O estudo da palavra, ou, mais precisamente, o estudo das oito partes do discurso era o núcleo das gramáticas, considerado a primeira e principal tarefa na descrição gramatical do século XVI e XVII.

É de conhecimento geral que a transposição do modelo latino para a descrição de línguas originárias não aconteceu sem problemas. Os missionários se depararam com línguas de diferentes qualidades vocálicas, com paradas glotais, sem declinação ou conjugação; com frequentes ‘interposições’ (incorporações), posposições etc., as quais, por vezes, requeriam adaptações *ad hoc* do modelo clássico. O traço particular que queremos analisar mais atentamente é o classificador nominal, como é chamado atualmente, que está presente no Kiriri e Kimbundu coloniais, mas que não ocorre no português nem no tupinambá ². O tópico ‘classes nominais’ parece ser um tema apropriado, tanto para a linguística descritiva, quanto para os historiógrafos interessados em entender como essas categorias têm sido descritas ao longo do tempo (Kilarski, 2013). Apesar da riqueza do tema, no entanto, vamos considerar o problema somente da perspectiva jesuítica, examinando quais categorias gramaticais ou lexicais os missionários usaram na codificação das classes nominais dessas línguas.

3 Análise das quatro gramáticas

3.1 Anchieta (1990 [1595]) e Figueira (1621; 1687): Tupinambá

Como já discutido anteriormente em Altman (2007; 2009; 2012a; 2014), Anchieta e Figueira desde muito cedo notaram que os nomes em Tupinambá não tinham marcas morfológicas de declinação, nem gênero e número, e pareciam ter flexão de tempo. Em outras palavras, as fronteiras entre nomes e verbos não eram tão marcadas quanto previstas pelo modelo, como pode ser visto através do seguinte comentário de Anchieta:

² I. e. nem o Português nem o Tupinambá são consideradas línguas de classificação nominal, apesar de elas poderem, eventualmente, apresentar alguns contrastes entre entidades humanas/não humanas, posse alienável/não alienável etc (Allan, 1977).

Em todos os nomes ha præterito, q he, ôera, vel| véra, & futuro, âma, vt mbaê, coufa, mbaêpoéra coufa| que foy, mbaêráma, coufa que ha de ler [...] (Anchieta, 1990 [1595], p. 87).

Verbos, por sua vez, podem ser interpretados como ‘adjetivos/nomes’, dependendo das partículas prefixadas e/ou sufixadas a eles: por exemplo, *anheêng* ‘Eu falo’; *xe nheéngxioêr* ‘I [am] speaker’ (Anchieta, 1990 [1595], p. 124; veja também Rodrigues, 1999a). Então, o que parecia ser o elemento central para classificar as raízes do Tupinambá, do ponto de vista de Anchieta, eram os afixos coocorrentes. Ele claramente distinguiu duas séries desses elementos – *artigos* e *pronomes* – para designar os dois tipos de marca de pessoa e números que precediam as raízes do Tupinambá.

Tabela 1 – Marcas de pessoa-número no Tupinambá.

	<i>pronomes</i> (formas livres)	<i>artigos</i> (prefixados)	<i>pronomes</i> (prefixados)
1s	yxê	a	xê
2s	endê	ere	ndê
3s	y	o	y, i
1p excl.	orê	oro	oré
1p incl.	yandê	ia, ya	yandé
2p	pee	pe	pè
3p	y	o	y, i

Fonte: Anchieta, 1990 [1595], p. 42 - 62³.

Esquemáticamente, o paradigma *a* (i. e., os artigos) era sempre usado com *verbos ativos* (i. e. verbos transitivos) e, de acordo com Anchieta, também com alguns *neutros* (i. e. intransitivos). Isso significa que o paradigma *a*, além de indicar número e pessoa, também marcava a natureza verbal da raiz que o seguia.

série ativa (= artigos)

aiucâ *Pedro* (Anchieta, 1990 [1595], p. 63)

³ Nesta e nas tabelas seguintes os dados linguísticos foram reorganizados pela autora do artigo original.

1s nom 'ativo' /Vt /ac

Eu mato Pedro.

A série *xe-*, *nde-*, etc. não parece ser tão homogênea. Esses pronomes podem anteceder tanto um *verbo neutro* (i. e. intransitivo, não ativo), quanto um adjetivo, ou um nome, i.e., podem anteceder tanto uma raiz verbal quanto nominal, como nos exemplos abaixo:

série não-ativa (= pronomes)

xerorîb (Anchieta, 1990 [1595], p. 63)

1s nom 'não-ativo' /Vi

Eu me alegro.

xemaendûar (Anchieta, 1990 [1595], p. 62)

1s nom 'não-ativo' /Vi

Eu lembro.

xecatû (Anchieta, 1990 [1595], p. 113)

1s nom 'não-ativo' /Adj

Eu [sou] bom.

xepajé (Anchieta, 1990 [1595], p. 115)

1s nom 'não-ativo' /Subs

Eu [sou] feiticeiro.

xepindá (Anchieta, 1990 [1595], p. 116-117)

1s nom 'não-ativo' /Subs

Eu [tenho] anzol.

O problema levantado pelo desencontro entre os dados do Tupinambá e a estrutura latina pode ser posto nos seguintes termos: como interpretar – e classificar – raízes cuja ocorrência parecia ser tão indeterminada? Por um lado, verbos neutros ocorriam em ambas as séries: no paradigma *a* e no paradigma *xe*, e Anchieta não nos deu nenhuma pista sobre como

distinguir os neutros de um ou de outro paradigma⁴. Por outro, nomes (englobando substantivos e adjetivos) também parecem ter comportamentos ambíguos. Do ponto de vista semântico, eles até podem ser facilmente identificados: *catu* ‘bom’, *pajé* ‘feiticeiro’ e *pinda* ‘anzol’ eram ‘qualidades’ ou ‘substâncias’ e não ‘processos’. Do ponto de vista morfossintático, no entanto, eles não se comportavam como o esperado: eles podem constituir um predicado, i. e., carregam marcas de tempo e pessoa quando justapostos ao paradigma *xe*.

Como representar essa particularidade nos limites de um quadro gramatical latino?

A solução de Anchieta nesse caso foi analisar todas as raízes que seguiam o paradigma *xe* como verbos. Na sua representação, a construção ‘*xe-raiz*’ carregava subentendido o verbo ‘*ser*’, o elemento verdadeiramente responsável pela flexão de modo e tempo, algo como *xe* [verbo ‘*ser*’] + raiz, *xe catú* ‘Eu sou bom’. Anchieta diz:

Os nomes conjugados como verbos **incluem em si o verbo fúm, es fui, em duas significação** [*sic*], **f, ler, & ter.** [...]. [Cf.] *xecatû*, *ndecatû*, *ycatû* etc [Eu [sou] bom, você [é] bom, ele [é] bom]; [...] *xeaòb* [Eu [tenho] roupas] (Anchieta, 1990 [1595], p. 113 - 117; ênfase acrescentada).

Como podemos ver, Anchieta analisou os dados do Tupinambá de uma perspectiva morfossintática e não taxonômica: qualquer raiz flexionada por um *pronome*, i. e., pelo paradigma *xe*, funcionaria como verbo.

Sucedendo Anchieta, e o seguindo de perto nesse e em outros aspectos, Figueira (1621) apresentou os dados do Tupinambá em listas extensivas – por exemplo, verbos conjugados com o artigo-*a* (pp. 7 – 19); verbos conjugados com o pronome-*xe* (pp. 20 – 29) etc. Foi essa maneira mais detalhada e extensiva de representar os dados (e taxonômica), aparentemente mais didática para os seus leitores, que provavelmente compeliu Figueira a propor uma terceira série de marcas número-pessoais, na qual a 3ª pessoa acusativa ‘*i-*’ (cf. Navarro, 1998, p. 50) formava um ‘novo’ composto, como na Tabela 2 abaixo:

⁴ *maendûar* ‘lembrar’ e *rorîb* ‘se alegrar’ são os únicos dois exemplos que Anchieta apresenta de verbos neutros flexionados de acordo com o paradigma-*xe* (cf. Edelweiss, 1969).

Tabela 2 – Marcas número-pessoais do Tupinambá.

	<i>pronomes</i>	<i>artigos 1</i>	<i>artigos 2</i>
1s	xê	a-	ai
2s	ndê	ere-	erei
3s	y	o	oi
1p excl.	orê	oro	proi
1p incl.	yande	ya	yai
2p	pe	pe	pei
3p	y	o	o

Fonte: Figueira, 1621, p. 6 - 7.

A proposição por Figueira de duas classes de artigo é única. Os gramáticos posteriores não adotaram essas classes, embora mais de um autor do período romântico brasileiro (por exemplo: Dias, 1858; Faria, 1858) as tenham reproduzido sem questionamento. Em geral, a oposição *artigos* e *pronomes* estabelecida por Anchieta resistiu nas gramáticas do Tupinambá até o fim do século XIX, quando foi substituída por outros termos (Altman, 2012a; 2012b; 2014). No entanto, a questão sobre a natureza verbal ou nominal persistiu até o fim do século XX, pelo menos (cf. Queixalos, 2001).

3.2 Mamiani (1877 [1699]): Kiriri, ou Kariri (Kipeá)

Contrastando fortemente com a homogeneidade linguística e cultural da região costeira do Brasil do século XVI e XVII, milhares de nações se espalhavam pelo sertão. Esses povos, praticamente desconhecidos pelos europeus, eram referidos na literatura sem muita distinção pelo termo ‘*Tapuia*’, e eram percebidos pelos portugueses colonizadores como muito diversos, tanto étnica quanto linguisticamente. Entre eles estava a nação Kariri, cuja principal língua, Kiriri, ou Kipeá, foi descrita por Mamiani em 1699⁵. Atualmente, o Kiriri é uma língua considerada extinta, mas o interesse por ela deriva do fato de que foi a única língua brasileira nativa gramaticalmente descrita no período, além do Tupinambá. A língua parece pertencer ao

⁵ Mamiani também publicou um catecismo em Kiriri (Mamiani, 1698). Zwartjes (2011, p. 175 ff.) oferece mais detalhes sobre as fontes do Kiriri colonial e apresenta algumas informações sobre dados pessoais de Mamiani. Rosa (1995), Rodrigues (1993; 1994; 1996) e Altman (2012b), entre outros, fazem o mesmo para os trabalhos de Anchieta e Figueira, e Bonvini (1996a; 1996b; 2008a) e Rosa (2013), para o trabalho de Pedro Dias.

tronco Macro-Jê (cf. Rodrigues, 1994; 1999b), uma família diferente do Tupi e, no período discutido aqui, se encontrava disseminada no nordeste do país.

3.2.1 Os artigos dos pronomes

Quase um século depois de Anchieta e Figueira, cujas gramáticas ele certamente conhecia (Mamiani, 1877 [1699], p. 3), Mamiani também encontrou uma língua cujas raízes não variavam, no sentido de que não flexionavam em gênero, número, ou caso, nem em aspecto, modo ou tempo. Isso lhe apresentou problemas já enfrentados por Anchieta e Figueira: primeiro, como distinguir uma ‘raiz nominal’ de uma ‘raiz verbal’? Segundo, se distinguíveis, quais elementos seriam os encarregados de marcar seus ‘acidentes’?

Como seus antecessores, Mamiani olhou para a posição da raiz na frase e para as preposições e prefixos coocorrentes. Dessa forma, à p. 6, ele prontamente observou que, em Kiriri, as raízes nominais podiam ser identificadas tanto sintaticamente, como nos casos nominativo e genitivo, quanto pela incidência de uma *preposição* que sucedia a raiz, ou que se inseria nela.

Isso pode ser visto nos seus primeiros exemplos de pronomes substantivos:

Quadro 1 – Pronomes substantivos do Kiriri.

Hietçã 1a p. <i>artigo</i> /=nom. ou genit. eu	Hietçãde 1a p. pl. excl. <i>artigo</i> /=nom. ou genit. nós
Hidiohò 1a p. <i>artigo</i> /[prep.] para mim	Hidiohode 1a p. pl. excl. <i>artigo</i> /[prep.] para nós
Hinhà 1a p. <i>artigo</i> /[prep.] para mim	Hinhade 1a p. pl. excl. <i>artigo</i> /[prep.] para nós

Fonte: Mamiani, 1877 [1699], p. 7; com destaque acrescentado.

Nesse caso, Mamiani valorizou o papel das preposições na marcação de caso, em evidente analogia à solução proposta pelos primeiros gramáticos dos vernáculos europeus (cf. Robins, 1967; Swiggers – Vanvolsem, 1987; Colombat, 1988; Swiggers, 1997) e aos trabalhos anteriores de Anchieta e Figueira com o Tupinambá. De maneira mais relevante, tal e qual seus antecessores, Mamiani introduziu outras duas classes de elementos variáveis na sua gramática

– *artigos* e *partículas* – com o objetivo de dar conta das particularidades do Kiriri: as raízes ‘declinam’ de certa forma, ou melhor, ‘quase declinam’, como ele diz (Mamiani, 1877 [1699], p. 10), de acordo com os artigos que as antecedem. Consideremos os seguintes exemplos:

Ipadzù

artigo do pronome/3ª pessoa/sing/posse/1ª declinação/+N

‘pronome possessivo’ + N

pai dele

Icot.

artigo do pronome/3ª pessoa/sing/1ª declinação/ +V

‘pronome substantivo’ + V

ele rouba

(Mamiani, 1877 [1699], p. 12, destaque acrescentado)

Em resumo, esses elementos prefixados, *doublés* de *artigos* e *pronomes*, moldam uma raiz ou como nomes, como no primeiro exemplo, ou como verbos, como no segundo. Dependendo do seu *artigo*, cada raiz pertence a uma das cinco ‘quase-declinações’ propostas por Mamiani, já que as raízes de nome/verbo eram, elas mesmas, invariáveis (ver Tabela 3 abaixo). Cada ‘declinação’ demandava suas próprias regras e Mamiani as dispôs em formato de lista (*cf.* Mamiani, 1877 [1699], p. 13ff.- 26ff.)⁶.

Mamiani adotou um ponto de vista semelhante ao de Anchieta e Figueira no que diz respeito à organização das frases do Kiriri: a solução para dar conta do funcionamento dessas línguas residia nos elementos variáveis que precediam suas raízes. Assim, em Kiriri, os *artigos/pronomes* pareciam ser elementos cruciais para a composição das frases nominais (e verbais) – a diferença é que artigos e pronomes em Kiriri não formavam dois paradigmas diferentes de marcadores de pessoas, como em Tupinambá, mas se juntavam em um único e mesmo composto.

⁶ Mamiani (1877 [1699], p. 13): “A esta primeira declinação pertencem os nomes começados por I, que não são referidos nas outras declinações, & mais os nomes seguintes [...]”

Tabela 3 – Divisão de declinação de nome, verbo e preposição de acordo c....

Pessoas	1.	2.	3.	Plur.	1. Excl.	1. Incl.	2.	3.
Pron. Sing./ [declinações]	Ego Meus	Tu Tuus	Ille Suus	Plur.	Nos Noster	Nos Noster	Vos Vester	Illi Sui
1.	Hi	E	I	Plur.	Hide	Cu-a	E-a	Ia
2.	Hi	Ey	S	Plur.	Hi-de	C-a ou K-a	E-a	Sa
3.	Hidz	Edz	Se	Plur.	Hide-de	K-a	Edz-a	Se-a
4.	Hi	E	Si	Plur.	Hi-de	Cu-a	E-a	Si-a
5.	Dzu	A	Su	Plur.	Dzu-de	Cu-a	A-a	Su-a

Fonte: Mamiani, 1877 [1699], p. 11.

3.2.2 As *partículas* (classificadoras)

Diferentemente do Tupinambá e, ainda de outras línguas da região nordeste do Brasil, ou de outras línguas do tronco Macro-Jê, o Kiriri tinha mecanismos de classificação nominal que Mamiani parece ter identificado de maneira bastante adequada. De acordo com autores modernos (Rodrigues, 1997b, 2014), a língua tem três sistemas de classificação nominal: (a) um sistema de classificadores prefixais, que são anexados para quantificar palavras ou descrever adjetivos de dimensão, consistência e cor; (b) um sistema de classificação de posse; e, (c) um terceiro sistema de classificadores interrogativos e demonstrativos baseados na oposição animado/inanimado. Mamiani identificou todos eles.

No que diz respeito ao primeiro sistema, Mamiani reconheceu doze prefixos classificadores, consistentemente designados como *partículas* – nunca *artigos*, nem *pronomes* – que variavam de acordo com o conteúdo semântico do nome:

Ha nesta língua doze partículas, a saber: *Be, Bù, Cr., Crù, Eprù, He, H.* ou *Hoi, Yà, Mù* ou *Mui, Nù, Rò, Worò*, as quaes se costumão ajuntar a huns adjetivos numeraes, ou de medidas, ou de cores, ou outros, conforme a variedade da materia dos seus Substantivos com que concordão (Mamiani, 1877 [1699], p. 53).

De maneira esquemática, podemos apresentar os dados de Mamiani como abaixo (dados reorganizados , *cf.* também Rodrigues, 2014, p. 271):

Quadro 2 – Lista de 12 partículas (= prefixos classificadores) e suas classes semânticas.

1. **be-** [montanhas, pratos, bancos, fronte]
2. **bù-** [o mais universal de todos; casas, flechas, potes, espigas de milho, e seres animados, exceto pássaros]
3. **crò-** [pássaros, pedras, estrelas, coisas redondas, funerais, frutas, olhos etc.]
4. **crù-** [líquidos, lagos]
5. **eprù-** [conjuntos de objetos]
6. **hè-** [objetos de madeira, pernas etc.]
7. **ho-**, **hoi-** [cordas, trepadeiras, linhas, cobras]
8. **yà-** [objetos feitos de ferro, ossos, ou objetos cortantes]
9. **mù-**, **mui-** [raízes comestíveis]
10. **nù-** [buracos, poços, bocas, campos etc.]
11. **rò** [vestidos, roupas, objetos de pele]
12. **worò-** [caminhos, práticas, discursos, histórias]

Fonte: Mamiani (1877 [1699], p. 53-54.

Assim como nos estudos modernos sobre classificadores, Mamiani observou que essas *partículas* não eram diretamente anexadas ao nome classificado, mas sim ao adjetivo que concorda ou tem que concordar com ele: prefixado, no caso de adjetivos numerais; sufixado, no caso de adjetivos não numerais, como nos exemplos abaixo:

cro-yo uche

cro- *yó* *uché*

partícula/adj. numeral/ +[N]

classif./quantificador/ +[N]

muitos dias

vinua bu-pi

vinuá bu- *pi*

[N]+ *partícula*/adjetivo não-numeral

[N]+ classif./adjetivo

Crianças pequenas

(Mamiani, 1877 [1699], p. 53-54)

Ao discutir o segundo sistema, de ‘classificadores possessivos’, Mamiani (1877 [1699], p. 59 e 62) também identificou doze tipos de substantivos genéricos que regem a escolha do pronome possessivo, conforme a categoria semântica da ‘coisa possuída’ (i. e. determinam a ocorrência de um ou outro dos artigos que funcionam como pronome possessivo). Em outras palavras, a relação entre o possuidor e a coisa possuída não é ‘direta’, mas é intermediada por um substantivo genérico que classifica a entidade possuída de acordo com a maneira como foi adquirida. Se o locutor possui um animal, por exemplo, que é de criação doméstica, o *artigo do pronome* que indica o possuidor tem que combinar com o substantivo genérico da classe do animal possuído, nesse caso *Enki – do*, que significa *criação doméstica*, e não com o ‘animal possuído’.

Assim, para dizer, Minha vacca, nao se diz *Hicradzò*.; mas, *Hienki do cradzò*; pondo [colocando] a preposição, *Dò*, [junto] ao nome próprio [específico] da criação. (Mamiani, 1877 [1699], p. 59, ênfase acrescentada).

Portanto:

Hienki do cradzò

Hi enki do cradzò.

possuidor genérico/classif. poss. animal possuído

minha (animal de criação) vaca

(Rodrigues, 1999b, p. 191)

Da mesma forma, o mesmo tipo de construção se aplica para a posse de coisas que foram ‘capturadas na floresta’, ou ‘colhidas do mato’, ou ‘trazidas de algum lugar’. Esses objetos assumem o possessivo *Vapru – do*, por exemplo: *Dzuapru do murawò, do Kenti* ‘meu porco, ou mel, que eu trouxe do mato’ (Mamiani, 1877 [1699], p. 59), e assim por diante. De maneira correspondente, Mamiani propõe o seguinte sistema de classificação de possessivos:

Quadro 3 – Lista de ‘substantivos genéricos’ que servem como classificadores de posse.

- | | |
|--------------------|--|
| 1. <i>Enki</i> | [usado com nomes de animais domésticos] |
| 2. <i>Vapru</i> | [usado com nomes de caça, frutas do mato, coisa que venha de algum lugar] |
| 3. <i>Ude</i> | [usado com nomes de coisas cozidas] |
| 4. <i>Upodò</i> | [usado com nomes de coisas assadas] |
| 5. <i>Udje</i> | [usado com nomes de vegetais colhidos] |
| 6. <i>Uanhi</i> | [usado com cultivos de mandioca] |
| 7. <i>Ubò</i> | [usado com nomes de frutas que são colhidas verdes para amadurecerem em casa] |
| 8. <i>Uitò</i> | [usada com nomes de coisas que encontramos] |
| 9. <i>Boronùnù</i> | [usado com nomes que denotam roubos de guerra] |
| 10. <i>Ukisi</i> | [usado com nomes de coisas que podem ser compartilhadas como caça no mato, flechas etc.] |
| 11. <i>Ubà</i> | [usado com nomes de coisas que foram recebidas como presente] |
| 12. <i>E</i> | [usado com nomes de coisas que carregamos] |

Fonte: Mamiani, 1877 [1699], p. 59-62, dados reorganizados.

De acordo com Rodrigues (2014), a língua também tinha um terceiro sistema de classificadores interrogativos e demonstrativos baseados na oposição animado/inanimado, que Mamiani entendeu como uma oposição humano/não-humano: *Adjé* e *Udje*, ou *Sodé* expressavam essa oposição: *Adjé diteri* ‘Quem veio?’; *Udje enetè* ‘O que você faz?’, *Sodè emè* ‘O que você fala?’ (Mamiani, 1877 [1699], p. 56). De qualquer modo, não se pode dizer que a descrição de Mamiani não era adequada: deixando de lado o critério formal, ele foi capaz de organizar o sistema de classificação em categorias semânticas.

3.3 Dias (1697): Kimbundu

Kimbundu, a *Língua de Angola*, ou a língua dos Ambundus, era também falada no nordeste do Brasil durante os séculos XVI e XVII (principalmente em Pernambuco e na Bahia). É importante observar que, nesse período, o Kimbundu servia como língua veicular em Luanda, capital da Angola, onde os escravizados tinham que permanecer por um período, antes de serem traficados para o Brasil. Kimbundu foi falado pela comunidade afro-portuguesa que viveu na região e pelos vários povos que vieram de diferentes lugares dos reinos africanos, onde outras línguas com relações próximas eram usadas, como aponta Bonvini (2008b, p. 27, 31 e

32). Além da proximidade entre essas línguas, a coexistência forçada favoreceu o uso generalizado da variedade do Kimbundu que acabou entrando no Brasil. Isso não significa, no entanto, que a língua transplantada era um crioulo ou um pidgin. Há um consenso entre os especialistas de que a língua descrita por Dias era de fato o Kimbundu falado em Angola (Bonvini, 2008^a, p. 26 – 29, 2008b, p. 38; Rosa, 2013, p. 35 – 38). O Kimbundu não é mais falado no Brasil mas, em Angola, três dos maiores grupos étnicos ainda falam uma língua Bantu: além do Kimbundu (25%), Umbundo (37%) e Kicongo (13%) também ocorrem (Rosa, 2013, p. 33 – 35).

Como outras línguas da família Bantu, Kimbundu tem um sistema muito complexo de morfemas de concordância de classe nominal (Bonvini, 2008a, p. 24). A língua não tem casos, nem declinações no sentido tradicional desses termos, mas a oposição singular/plural é bastante pertinente. Pesquisadores modernos organizam os prefixos do Kimbundu em classes numeradas de 1 a 18 – singular e plural são consideradas classes distintas –; cada raiz nominal é necessariamente associada a uma classe. Esses prefixos de classe nominal têm um valor morfológico, marcam a oposição singular e plural, e um valor semântico, marcam a classe à qual o nome pertence. De um ponto de vista sintático, marcam a concordância entre os constituintes de uma sentença nominal ou até mesmo verbal (Gomes – Okoudowa, 2015, p. 140, mas também Bonvini, 1996b e Rosa, 2013, p. 107).

Por exemplo, os prefixos seguintes correspondem as classes numeradas de 1 a 4 abaixo:

mu/a; mu/mi...

Classe 1

Mutu [homem]

Prefixo *mu* [sing. ‘humano’ + raiz N]

Classe 3

Muxi [árvore, graveto]

Prefixo *um* [sing. ‘planta’ + raiz N]

Classe 2

Atu [homens]

Prefixo *a* [pl. ‘humano’ + raiz N]

Classe 3

Mixi [árvores, gravetos]

Prefixo *mi* [pl. ‘planta’ + raiz N]

Na composição da frase nominal com a estrutura N + adj. apresentada por Dias, por exemplo, é obrigatório usar o prefixo de concordância correspondente a uma classe: para Classe 1, o prefixo de concordância é *u-*, para Classe 2, *a-*, como nos casos abaixo:

Mutu unène

mu- tu **u-** nène

Prefixo classe 1/+ N/prefixo de concordância classe 1/+ Adj

homem grande

Atuanene (P. Dias 1697, p. 2)

a- tu **a-** nène

Prefixo classe 2/+ N/prefixo de concordância classe 2/+ Adj

homens grandes

Em concordância com o plano geral de uma gramática jesuítica, Dias (1697, p. 4) apresenta essas características morfológicas logo no início: 'Não tem esta língua declinações, nem cafos; mas tem fíngular, & plural, v.g. Nzambi, Deos. Ginzambi, Deofes'. Suas descrições focaram nas mudanças das *letras* e *sílabas* que precediam as raízes, além disso, as regras que ele propôs foram baseadas nas regularidades formais dessas mudanças.

Portanto, na seção *Regras para faber o plural pelo fíngular, & para adjectivar o fufantivo com o adjectivo no fíngular, & plural*, P. Dias (1697, p. 4) diz que:

Todos os nomes, que no fíngular começarem pelas fyllabas, ou letras abaxo, começarão no plural em M, e feo adjectivo no fíngular começará em Ri, & no plural em A, v.g. **Nbata rinene**, cafa grande. **Mabata anene**, cafas grandes (DIAS, 1697, p. 4).

Dias não emprega os conceitos de *artigos* ou *casos* como aqueles que o precederam fizeram, tanto no caso da descrição das línguas brasileiras como no caso da descrição das línguas africanas. Do lado africano, o trabalho de Dias foi precedido pelo catecismo de 1642 do jesuíta Francesco Pacconio (reeditado em 1661 pelo Capuchino Antonio Maria Monteprandone), e pela gramática da língua do Congo, do Capuchino Giancinto Vetralla, de 1659. Enquanto o primeiro interpretou os prefixos nominais como *artigos* (cf. breve descrição

gramatical de Monteprandone no posfácio, p. 104), o segundo os interpretou como *casos*. Dias, por sua vez, originalmente, propôs todo o sistema de prefixos em termos de *partículas* que funcionavam como prefixos de concordância na composição N + adj.: *ri-*, *u-*, *i-*, *qui*, *ca-*, *cu-*, *lu-*, *tu-* para o singular; *a-*, *i-*, *gi-*, *tu-* para o plural (Dias, 1697, p. 2, e os exemplos acima).

Ter interpretado os classificadores do Kimbundu diferente de ‘casos’ ou ‘declinações’ não significa, necessariamente, que Dias tenha sido inovador nas tradições descritivas brasileiras e africanas. Sua gramática, afinal, pressupunha o plano da gramática latina (*cf.* Dias, 1697, p. 23). Ao usar consistentemente o metatermo genérico, *partícula*, no entanto, Dias conseguiu demonstrar, ainda que de maneira incipiente, que esses elementos tinham uma função específica em uma frase nominal, i. e., que os múltiplos elementos prefixados a um nome correspondiam a séries de prefixos de concordância no nível da frase nominal. Dias (1697, p. 6 e 7) também observou que não só as formas, mas também o valor semântico das raízes era relevante para a ocorrência de um prefixo ou outro. Ele propôs algumas regras, mas não obteve sucesso ao dar explicações de fundamentos semânticos. Seus sucessores mais tarde viriam a desenvolvê-las:

Literalmente, Dias (1697, p. 6 e 7) afirmou que:

Os nomes appellativos, que começam no singular em Mu, & pertencem a **homens**, & **mulheres**, & a seus officios, no plural mudaõ a syllaba Mu, em A, & adjetivaõ no singular em ü, & no plural em A [...] Os nomes appellativos **que na õ fa õ de racionaes**, muda õ a syllaba, Mu, no plural em Mi, v.g. Mulonga, Milonga, palavras (Dias, 1697, p. 6 e 7; acrescido de destaque).

4 Considerações finais

Apesar da considerável originalidade de Anchieta no tratamento das propriedades fonológicas e morfológicas do Tupinambá⁷, não há inovação significativa, terminológica ou conceptual, em sua gramática, no que diz respeito às frases nominais. O ponto de vista morfossintático permitiu a ele propor um critério para distinguir raízes nominais e verbais com base nas duas séries de marcas número-pessoais, os *artigos* e os *pronomes* (Berghe; Swiggers, 2009; 2012).

⁷ Ver também seu tratamento da vogal central -i-; a conjugação verbal negativa, os advérbios, a flexão de tempo dos nomes, todos tópicos são discutidos em detalhe por Rodrigues (1993; 1994; 1997a; 1999a).

As duas séries de clíticos propostas por Anchieta foram reanalisadas nos tempos modernos por pesquisadores brasileiros (seguindo Klimov, 1974) como marcadores de relações semânticas entre os actantes nominais ou verbais (por exemplo Maia, 1986; Leite, 1990; Seki, 2000; Reich, 2003) – uma propriedade compartilhada por várias línguas da família Tupi-Guarani. A gramática de Figueira era mais ajustada ao modelo latino canônico, o que eventualmente fez com que seus sucessores o taxassem de um gramático ‘latinizante’ e, por esse motivo, menos interessante, do que Anchieta.

Mamiani não abandonou o conceito de declinação, no entanto, o relativizou. Como seus antecessores, introduziu na sua gramática duas outras classes de elementos variáveis – *artigos* e *partículas* – para dar conta das particularidades das raízes do Kiriri. Sua contribuição, nesse sentido, foi tornar as diferenças entre *artigos* e *partículas* mais claras: ao passo que o primeiro marcava número-pessoa das cinco ‘quase-declinações’, o segundo servia como um ‘classificador nominal’ na terminologia atual, do qual ele estabeleceu com base em critérios formais e semânticos.

Reanalizando os dados de Mamiani, Rodrigues (1992) observou que a maioria dos classificadores possessivos do Kiriri começava com a vogal *u-* (cf. a lista de ‘substantivos genéricos’ do Mamiani apresentada na seção 2.2.2 acima), o que sugere que essa vogal fora um prefixo fossilizado, cognato de outros marcadores de posse em línguas Jê. Os morfemas *yõŋ*, *ʔõŋ*, *ʔõ* em Maxakalí, *o* em Bororó; *o* no Jê do Norte, e *u-* em Kiriri seriam todos marcadores cognatos de posse alienável (ver também Rodrigues, 1942; 1997b; 2014). A consistência dos dados comparativos de uma mesma família linguística confirma a análise de Mamiani. Essa dimensão comparativa e diacrônica dos morfemas da língua não foi feita por Mamiani, certamente, mas seus comentários precisos sobre as formas do Kiriri no século XVII atestam, de maneira muito adequada, estágios prévios das línguas Macro-Jê.

Finalmente, a contribuição de Dias reside no fato de ter reconhecido a natureza específica dos elementos que precediam as raízes do Kimbundu – donde, presume-se, sua decisão de designá-los por um termo diferente de *artigos* ou *declinações*. De maneira muito consistente, ele usa o termo *partícula* para se referir a esses elementos. Se a existência de raízes invariáveis não era um fato novo para os gramáticos jesuítas, a identificação do sofisticado sistema de concordância das línguas Bantu era. Na ausência de um conceito (ou

termo) para capturar essa ‘nova’ propriedade linguística, Dias preferiu empregar um termo genérico para nomeá-la: *partículas*. Em retrospecto, e talvez levando as observações de Bonvini (2008a) sobre a tradição linguística africana um pouco além, a gramática de Dias poderia representar o ‘momento teórico’ no qual o modelo latino de *caso/declinação* se torna gradualmente ultrapassado no ofício de descrever as línguas ‘exóticas’.

Para essa interpretação ser precisa, não se pode deixar de dizer que o uso dos termos *artigos* ou *partículas* pelos missionários seria uma mera transposição conceptual ou terminológica da gramática latina para dar conta de uma nova realidade *ad hoc*. Ao contrário, *essa oscilação no uso dos metatermos parece corresponder* a tentativas sucessivas de capturar novas propriedades das línguas. Apesar de resultarem de abordagens diferentes, os dados apresentados nessas gramáticas pioneiras correspondem aos (e em muitos casos se confirmam) dados apresentados pelos pesquisadores modernos (ver, por exemplo, Rosa, 2013 sobre o Kimbundu).

O que podemos concluir dessas tentativas pioneiras desses missionários? Por um lado, parece inevitável que linguistas, em geral, ‘contaminem’ a língua que descrevem com a sua própria língua, crenças e metalinguagem. A questão que desafiou os primeiros gramáticos e continua a desafiar nossas práticas atuais – nomeadamente: existe algum critério neutro ou universal com que possamos descrever quaisquer que sejam as línguas? – é ainda difícil demais de responder. O desafio de demonstrar a unidade subjacente à diversidade de vários sistemas gramaticais continua.

Por outro lado, ainda que a adequação das escolhas dos missionários possa ser debatida, o fato é que, ao adotar suas soluções descritivas, seus sucessores criaram uma tradição descritiva local que acabou por se revelar adequada. Logo, se é verdade que melhores escolhas terminológicas poderiam ter sido feitas pelos missionários, também é verdade que, para além da terminologia adotada, os resultados obtidos pelos primeiros descritores das três línguas discutidas neste artigo não são distorções dos fatos linguísticos.

Agradecimentos

Este texto, originalmente publicado em língua inglesa no ano de 2022 como um capítulo do volume *The Architecture of Grammar: studies in Linguistic Historiography in honor of Pierre*

Swiggers, Tome 47 part of Orbis/Supplementa - Monographs published by The International Center of General Dialectology (Louvain), trata de um dos frutos da pesquisa de Cristina Altman na área de Linguística Missionária. Gostaria de agradecer à autora a oportunidade de traduzir este texto para o português do Brasil, uma vez que, nesse momento de renovação de interesse pela gramaticografia do país, contribui para sua maior difusão no mundo lusófono. Também agradeço à autora pela revisão técnica. Estendo meus agradecimentos também à Editora Peeters pela concessão dos direitos de reprodução e às sugestões e comentários feitos pelos olhos atentos dos/das pareceristas. É de minha inteira responsabilidade qualquer erro remanescente.

Referências

ALLAN, K. Classifiers. **Language**, v. 53. n. 2, p. 285-311, 1977. <https://doi.org/10.2307/413103>.

ALTMAN, C. (coord). **Documenta Grammaticae et Historiae**: projeto de documentação linguística e historiográfica. Fase I: A Tradição Tupinambá-Nheengatu (XVI-XIX). São Paulo: CEDOCH-DL-USP/CNPq, 2006-2010.

ALTMAN, C. Artigos e Pronomes na Tradição Linguística Missionária da Língua mais Falada na Costa do Brasil. In: SCHRADER-KNIFFKI, M.; MORGENTHALER, G. C. (eds.). **La Romania em interacción**: entre historia, contacto y política. Ensayos en homenaje a Klaus Zimmermann. Vervuert: Iberoamericana, 2007. p. 837-854.

ALTMAN, C. Retrospectivas e Perspectivas da Historiografia Linguística no Brasil. **Revista Argentina de Historiografia Linguística**, v. 1, p. 115-136, 2009. <https://doi.org/10.31819/9783865279002-038>.

ALTMAN, C. As Partes da Oração na Tradição Gramatical do Tupinambá/ Nheengatu. **Limite. Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía**, v. 6, p. 11-51, 2012a.

ALTMAN, C. Herança Missionária na Tradição Gramatical do Tupinambá: notícias de um projeto. In: ALFARO, C; ROSA, M. C; BESSA FREIRE, J. R. (eds.). **Políticas de Línguas no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012b. p. 179-215.

ALTMAN, Cristina. 2014. **Léxico Metalinguístico da Tradição Tupinambá/ Nheengatu (XVI-XIX)**. Projeto CEDOCH-USP/ IAI. Fapesp 2014/ 06823-1.

ANCHIETA, J. **Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil**. Facsimilar ed. São Paulo: Loyola, 1990 [1595]. (1ª ed. *Arte de Grammatica da Lingoa mais Vjada na Cofa do Brafil. Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de I E S V*. Em Coimbra per Antonio de

Mariz, 1595; 2ª, por Julio Platzmann, Leipzig, B. G. Teubner, 1874; 3ª, 1876; 4ª, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1933; 5ª, São Paulo, Anchieta, 1946; 6ª, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1980.)

AUROUX, S. Introduction. Le Processus de Grammatisation et ses Enjeux. *In*: AUROUX, S (ed.). **Histoire des Idées Linguistiques. Le développement de la grammaire occidentale**. Liège – Bruxelles: P. Mardaga, 1992a. p. 11-64.

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização** [Trad. de Eni Orlandi]. Campinas: Edunicamp, 1992b.

BERGHE, C. Q. Van den; SWIGGERS, P. La Terminología del Pronombre en la Gramática Española, de Nebrija (1492) a Bello (1847): algunos apuntes. **Res Diachonicae**, v. 7, p. 263-292, 2009.

BESSA FREIRE, J. R. **Rio Babel. A História das Línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: EDUERJ-Atlântica, 2004.

BONVINI, E. Repères pour une Histoire des Connaissances Linguistiques des Langues Africaines. **Histoire Épistémologie Langage**, v. 18, n. 2, p. 127-148, 1996a. <https://doi.org/10.3406/flang.1996.1114>.

BONVINI, E. 'Classes d'Accord' dans les Langues Négro-Africaines. Un Trait Typologique du Niger-Congo. Exemples du Kasim e du Kimbundu. **Faits de langues**, v. 8, p. 77-88, 1996b. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/flang_12445460_1996_num_4_8_1114.

BONVINI, E. Revisiter, Trois Siècles Après, *Arte da língua de Angola de Pedro Dias S. I.* (1697), Première Grammaire du Kimbundu. *In*: PETTER, M.; MENDES, R. B. (orgs.). **Exploring the African Language Connection in the Americas**. Proceedings of the Special World Congress of African Linguistics. São Paulo: Humanitas, 2008a. p. 15-45.

BONVINI, E. Línguas Africanas e Português Falado no Brasil. *In*: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.). **África no Brasil**. A formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 15-62.

COLOMBAT, B. Les 'Parties du Discours' (partes orationis) et la Réconstruction d'une Syntaxe Latine au XVIe. Siècle". **Langages**, v. 92. p. 51-64, 1988. <https://doi.org/10.3406/lgge.1988.1999>.

DIAS, A. G. **Diccionario da Lingua Tupy**. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1858.

DIAS, P. **Arte da lingua de Angola oferecida a Virgem Senhora N. Rosario, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos**. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697.

EDELWEISS, F. G. **Estudos Tupis e Tupi-Guaranis. Confrontos e revisões**. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

FARIA, F. R. C. **Compendio da Lingua Brazilica para Uso dos que a ella se Quizerem Dedicar**. Pará: Santos & Filhos, 1858.

FIGUEIRA, L. **Arte de Grammatica da Lingua Brasília**. Lisboa: Manoel da Silva, 1621. (2ª ed., Lisboa, Miguel Deslandes, 1687; 3ª, *Arte de Grammatica da Lingua do Brasil*, 1754; 4ª, Lisboa, Officina Patriarcal, 1795; 5ª, *Grammatica da lingua geral dos indios do Brasil*, Salvador, 1851; 6ª, facsimilar, *Grammatica da Lingua do Brasil*, por Julius Platzmann, Leipzig, Teubner, 1878 [1687]; 7ª, *Arte de gramatica da lingua brasileira*, Rio de Janeiro, S.N., 1880; edição alemã por Julius Platzmann, 1899.).

GOMES, C. C.; OKOUDOWA, B. Morfologia. In: Margarida PETTER (ed.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 127-157.

KILARSKI, M. **Nominal Classification. A History of its Study from the Classical Period to the Present**. Amsterdam- Philadelphia: John Benjamins, 2013. <https://doi.org/10.1075/sihols.121>.

KLIMOV, G. A. On the Character of Languages of Active Typology. *Linguistics*, v. 131, p. 11-25, 1974. <https://doi.org/10.1515/ling.1974.12.131.11>.

LEITE, Y. Para uma Tipologia Ativa do Tapirapé. Os Clíticos Referenciais de Pessoa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 18, p. 37-56, 1990.

LEITE, Y. Arte de Gramatica da Lingua mais Usada na Costa do Brasil. A Criterion for Evaluation. In: ZWARTJES, O; ALTMAN, C. (eds.). **Missionary Linguistics II/ Lingüística Misionera II. Orthography and Phonology**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 191-204. <https://doi.org/10.1075/sihols.109.11fre>.

LÉRY, J. **Viagem à Terra do Brasil**. [Trad. por Sérgio Milliet] São Paulo - Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1980 [1578].

MAIA, M. A. R. **Aspectos Tipológicos da Língua Javaé**. 128 f. Dissertação – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

MAMIANI [della Rovere], L. V. **Catecismo da Doutrina Christã na Língua Brasília da Nação Kiriri**, 1698. (edição fac-símile por Rodolfo Garcia intitulada *Catecismo Kiriri*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.)

MAMIANI [della Rovere], L. V. **Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877 [1699]. (1ª ed., Lisboa: Miguel Deslandes.)

MONTEPRANDONE, A. M. (*alias*, Antonium Mariam Prandomontanun). **Gentilis Angollae Fidei Mysteriis Lusitano olim idiomate per R. P. Antonium Mariam Prandomontanun**,

Concionatorem Capucinum, Admod. Rev. Patris Procuratoris Generalis Commissarij Socium, Instructus, atque locupletatus. Roma: Propaganda Fide, 1661.

NAVARRO, E. **Método Moderno de Tupi Antigo. A Língua do Brasil dos Primeiros séculos.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PACCONIO, F. A. C. **Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé. Obra posthuma, composta pello Padre Francisco Pacconio da Companhia de Iesu. Redusida a methodo mais breve & accomodado á capacidade dos sogetos que se instruem pello Padre Antonio do Couto da mesma Companhia.** Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1642. [Reed. em 1661 por Montepandone].

PETTER, M.; ARAÚJO P. P. Linguística Africana: passado e presente. In: Margarida PETTER (org.). **Introdução à Linguística Africana.** São Paulo: Contexto, 2015. p. 27-48.

QUEIXALOS, F. (org.). **Des Noms et des Verbes en Tupi-Guarani: état de la question.** Munich: Lincom Europa., 2001.

REICH, U. Mudança Sintática e Pragmática na Língua Geral Amazônica (LGA): marcação de caso e sistema pronominal. In: José Ribamar BESSA FREIRE & Maria Carlota ROSA (eds.). **Línguas Gerais: Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 167-184.

ROBINS, R. H. **Pequena História da Linguística.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1967.

RODRIGUES, A. O Artigo Definido e os Numerais na Língua Kirirí. Vocabulários Português-Kirirí e Kirirí-Português. **Arquivos do Museu Paranaense**, v. 2, p. 189-211, 1942.
<https://doi.org/10.26512/rbla.v4i2.20679>.

RODRIGUES, A. Um Marcador Macro-Jê de Posse Alienável. **Anais da 44ª. Reunião Anual da SBPC.** São Paulo: SBPC, 1992. p. 386. Disponível em:
<http://www.etnolinguistica.org/biblio:rodrigues-1992-marcador>. Acesso em 12 ago. 2019.

RODRIGUES, A. Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA. Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.

RODRIGUES, A. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1994 (1ª. ed 1986).

RODRIGUES, A. As Línguas Gerais Sul-Americanas. **Papia**, v. 4, n. 2, p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, A. Descripción del Tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta. In: ZIMMERMANN, K. (ed.). **La Descripción de las Lenguas Amerindias en la Época Colonial.** Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997a. p. 371-400.

RODRIGUES, A. Nominal Classification in Kiriri. **Opción (Revista de Ciencias Humanas y Sociales)**, v. 22, p. 65-79, 1997b.

RODRIGUES, A. O Conceito de Língua Indígena no Brasil, I: Os primeiros cem anos (1550–1650) na costa leste. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, 59-78. São Paulo: Pontes, 1998.

RODRIGUES, A. Tupi. *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (eds.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: University Press, 1999a. p. 107-124.

RODRIGUES, A. Macro-Jê. *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (eds.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: University Press, 1999b. p. 165-206.

RODRIGUES, A. Classificação Nominal em Kariri. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v 6, n. 1, p. 269-274, 2014. <https://doi.org/10.26512/rbla.v6i1.21055>.

ROSA, M. C. Acerca das duas primeiras descrições missionárias de Língua Geral. **Ameríndia**, v. 19/20, p. 273-284, 1995.

ROSA, M. C. Revendo uma das Críticas às Descrições Missionárias. **Revista de Estudos da Linguagem**, v 14, n. 1, p. 203-230, 2006. <https://doi.org/10.17851/2237-2083.14.1.203-230>.

ROSA, M. C. **Uma Língua Africana no Brasil Colônia de Seiscentos. O Quimbundo ou Língua de Angola na Arte de Pedro Dias**, S.J. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SEKI, L. **Gramática do Kamaiurá. Língua Tupi-Guarani do alto Xingu**. São Paulo: EDUNICAMP, 2000.

SWIGGERS, P.; VANVOLSEM, S. Les Premières Grammaires Vernaculaires de l'Italien, de l'Espagnol et du Portuguais. **Histoire Epistemologie Langage**, v. 9, n. 1, p. 157-181, 1987. <https://doi.org/10.3406/hel.1987.2245>.

SWIGGERS, P. **L'Histoire de la pensée linguistique**. Paris: PUF, 1997.

SWIGGERS, P. Terminologia Gramatical y Lingüística: Elementos de Análisis Historiográfico y Metodológico. **Res Diachonicae**, v. 7, p. 11-35, 2009.

SWIGGERS, P. L'Homme et la Matière Grammaticale: Historiographie et Histoire de la Grammaire. *In*: COLOMBAT, B; FOURNIER, J; RABY, V. (eds.). **Vers une histoire générale de la grammaire Française**. Matériaux et perspectives. Paris: Honoré Champion, 2012. p. 115-133.

TASHIRO, E. **Documentação missionária e tradição autóctone sobre a língua japonesa: padrões em língua e padrões em historiografia linguística**. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VETRALLA, G. B. *Regulae quaedam pro difficillimi Congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae normam, redactae a F. Hyacintho Brusciotto à Vetralla Concionatore Capuccino Regni Congi Apostolicae Missionis Praefecto*. Romae, Typis S. Congr. De Prop. Fide, 1659. (versão inglesa *Grammar of the Congo language as spoken two hundred years ago*. Traduzida do Latim de Brusciotto, ed. por H. Grattan Guinness. London: Hoddon and Stoughton, 1882; versão portuguesa *Regras para mais facil intelligencia do difficil idioma do Congo reduzidas á forma de grammatica por Fr. Jacintho Brusciotto de Vetralla Pregador Capuchino e traduzidas do latim pelo Bispo de Angola e Congo D. Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro. Seguidas do Diccionario abreviado da língua congueza*. Loanda: Imprensa Nacional, 1886).

ZWARTJES, O. The Description of the Indigenous Languages of Portuguese America by the Jesuits during the Colonial Period. The Impact of the Latin grammar of Manuel Álvares. *Historiographia Lingüística*, v. 29, n. 1/2, p. 19-70, 2002. <https://doi.org/10.1075/hl.29.1.06zwa>.

ZWARTJES, O. Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2011. <https://doi.org/10.1075/sihols.117>.

Recebido em: 02.08.2025

Aprovado em: 08.02.2026